

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



CORPO HUMANO – CORPO ANIMAL OU “O QUE A IMPORTÂNCIA DADA AOS ANIMAIS NOS REVELA SOBRE AS PESSOAS?”

HUMAN BODY - ANIMAL BODY OR “WHAT DOES THE IMPORTANCE GIVEN TO ANIMALS TELL US ABOUT PEOPLE?”

CUERPO HUMANO - CUERPO ANIMAL O ¿QUÉ NOS DICE LA IMPORTANCIA QUE SE LE DA A LOS ANIMALES SOBRE LAS PERSONAS?”

Luís Henrique Sacchi dos Santos, Departamento de Ensino e Currículo, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Dandara Rodrigues Dorneles, Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Artigo aceito em: 15/10/2021

Aprovado em: 25/10/2021

Resumo: Este ensaio discorre acerca da aproximação de dois biólogos, atuantes como professores no âmbito do ensino de ciências e biologia, ao campo de estudos da animalidade, aqui compreendido, não apenas no sentido de se problematizar a centralidade dos animais nas relações conosco – animais humanos –, mas, sobretudo, no sentido de se enfatizar que a forma como tratamos os animais expõe múltiplas camadas de problematização acerca da forma como tratamos *outros* humanos. Neste sentido, uma parte das discussões propostas por esse campo de estudos se preocupa, precisamente, com isso, com o *outro* na relação de animais humanos entre si e, especialmente, desses com os animais não-humanos, procurando tensionar as diferentes hierarquizações aí constituídas. Nessa primeira aproximação, fazemos mais perguntas e justaposições com o campo da biologia, do ensino de ciências e de biologia, com o corpo (humano e animal) e, também, com a biopolítica e a necropolítica do que oferecemos respostas, mesmo que provisórias. Isso, no sentido de traçarmos um possível percurso teórico-metodológico que nos permita, nos próximos passos, incorporar o tema animalidade à formação de professores de ciências e biologia e, quiçá, mapearmos alguns de seus efeitos. O texto *Uma aglomeração inquieta: prisioneiros, animais, crianças requerentes de asilo e empacotamento pós-humano*, de Jane Bone e Mindy Blaise (2015) é apresentado de modo mais extenso no sentido de estabelecermos alguns pontos possíveis para tal aproximação. Baseados nisso, traçamos alguns possíveis tensionamentos do contexto sócio-político brasileiro atual.

Palavras-chave: animalidade; corpo; ensino de ciências e de biologia; empacotamento.

Abstract: This essay discusses the approach of two biologists, acting as teachers in the field of science and biology teaching, to the field of animality. Here it is understood not only in the sense of problematizing the centrality of animals in their relationships with us – human animals –, but, above all, in the sense of emphasizing that the way we treat animals exposes multiple issues about the way we





treat other humans. In this sense, a part of the proposed discussions by this field of studies is specifically concerned with the other in the relationship of human animals among themselves and, especially, these with non-human animals, seeking to stress how different hierarchies are constituted. In this first approach, we ask more questions and make more juxtapositions with the field of biology, science and biology teaching, with the body (human and animal) and also with biopolitics and necropolitics than giving answers, even if provisional. This, in the sense of tracing a possible theoretical-methodological path that allow us, in the next steps, to incorporate the theme of animality into the education of science and biology teachers and, perhaps, to map some of its effects. The text *An uneasy assemblage: prisoners, animals, asylum-seeking children and posthuman packing*, by Jane Bone and Mindy Blaise (2015), is presented more extensively in order to establish some possible points for such approximation. Based on that, we have traced some possible tensions in the current Brazilian socio-political context.

Keywords: animality - body - science and biology teaching - packing.

Resumen: Este ensayo discute el acercamiento de dos biólogos, actuando como profesores en el campo de la enseñanza de la ciencia y la biología, al campo de los estudios acerca de la animalidad, entendido aquí no solo en el sentido de problematizar la centralidad de los animales en sus relaciones con nosotros - los animales humanos - , pero, sobre todo, en el sentido de enfatizar que la forma en que tratamos a los animales expone múltiples capas de problematización sobre la forma en que tratamos a otros humanos. En este sentido, parte de las discusiones que propone este campo de estudios se ocupa precisamente de esto, con el otro en la relación de los animales humanos entre sí y, especialmente, de estos con los animales no humanos, buscando tensar las distintas jerarquías constituidas. En esta primera aproximación, hacemos más preguntas y yuxtaposiciones con el campo de la biología, la ciencia y la enseñanza de la biología, con el cuerpo (humano y animal) y también con la biopolítica y la necropolítica que las respuestas, aunque sean provisionales. Esto, con el fin de trazar un posible camino teórico-metodológico que nos permita, en los próximos pasos, incorporar el tema de la animalidad en la formación de los profesores de ciencias y biología y, quizás, mapear algunos de sus efectos. El texto *Una aglomeración inquieta: prisioneros, animales, solicitantes de asilo y embalajes poshumanos*, de Jane Bone y Mindy Blaise (2015) se presenta de manera más extensa con el fin de establecer algunos puntos posibles para tal enfoque. Con base en esto, trazamos algunas posibles tensiones en el contexto sociopolítico brasileño actual.

Palabras clave: animalidad - cuerpo - enseñanza de la ciencia y la biología - embalaje.

Introdução

Trata-se, aqui, de um breve ensaio, exploratório e incipiente, que propõe a articulação entre corpo humano e corpo animal, tanto no sentido de retomar (para tentar desfazer) a “eterna” polaridade *natureza-cultura* (RIBEIRO, 2003; DESCOLA, 2016), quanto na direção de se fazer mais perguntas, propor algumas cenas e costurar dadas leituras que nos permitam “abrir os olhos” para novos *caminhos investigativos*¹ – visto que, embora um de nós tenha estudado algumas questões sobre o corpo (humano) e explorado alguns aspectos (de forma mais tangencial) acerca da biopolítica (como, por exemplo, em SANTOS, 1997; 1998; 2002; 2006; 2012; 2017; SANTOS; RIBEIRO, 2011; SANTOS; ZAGO, 2013; SANTOS; MANSKE, 2015), nossa aproximação com o tema “animalidade” é bastante recente – um dos efeitos da pandemia de Covid-19.



Aproximamo-nos deste tema da animalidade (que articula, para além do que conhecemos como “temas da biologia”, outros campos do saber, como antropologia, filosofia, sociologia, arte, ética, literatura, entre outros) a partir da leitura de alguns textos de antropologia (SORDI, 2016; SEGATA, 2016; BEVILACQUA, 2019; DESCOLA, 2020; FAUSTO, 2020; KÉCK, 2020²), mas com o olhar voltado para a Biologia. Mais exatamente, nos perguntando *como* essa área do conhecimento, mais especialmente, no que tange ao ensino de ciências e de biologia³, poderia articular esse tema da animalidade (advindo da forma como outras áreas, como antropologia e literatura, a vem tratando) como uma forma de tensionar não apenas as usuais e já criticadas formas de se ensinar aspectos ligados à “utilidade dos animais” e dos seres vivos em geral (SANTOS, 2000), mas, sobretudo, abrir outras formas de ver e de agir sobre/com os animais e “a natureza”. Nesta direção, talvez as perguntas pudessem seguir, como um tipo de agenda de pesquisa desde o campo da educação ou do ensino de ciências e de biologia, aquelas apresentadas no Editorial do dossiê Zooantropologías – a questão animal, da Revista *Tábula Rasa*:

qual é o lugar do animal na teoria social contemporânea? (...) Como as práticas sociais e culturais emergem de relações entre múltiplas espécies? Que histórias das redes do capital levaram à extinção de formas de vida animal e à instauração de novos cenários de precariedade? Que perguntas são pertinentes para levar a cabo uma investigação social que considere relevante a capacidade de resposta dos animais? (...) Que práticas de cuidado e formas de obrigação (ético-políticas) são pertinentes para um mundo em processo de extinção? (CAJIGAS-ROTUNDO; MONTENEGRO; MARTÍNEZ, 2019, p.13).

Essas são algumas das perguntas possíveis de se fazer quando se começa a repensar as relações com o mundo vivo, especialmente, nossa relação com os animais mais próximos, sejam os de estimação (SEGATA, 2016), sejam aqueles que empregamos em nossa alimentação (SORDI, 2016), sejam aqueles que admiramos e queremos preservar (BEVILACQUA, 2019) ou aqueles “considerados feios, nojentos, escorregadios, transmissores de doenças, perigosos, venenosos, sujos, etc. [que] dificilmente são considerados ‘dignos’ de sobreviverem” (como as “aranhas, escorpiões, piolhos, baratas, vermes, cobras, sapos, lagartixas, tubarões, morcegos, entre vários outros animais”) (SANTOS, 2000) e, no limite, deveriam ser eliminados (FAUSTO, 2020).

A crônica de Carlos Drummond de Andrade (1979)⁴, empregada para problematizar a referida crítica ao ensino sobre “a utilidade dos animais” (SANTOS, 2000) faz menção a um tipo de prática bastante comum quando se fala(va) acerca dos animais, das plantas ou da natureza, sobretudo, nos anos iniciais de ensino. Talvez tal prática esteja – felizmente – ficando no passado, em razão, por exemplo, da forma como os livros didáticos passaram a ser analisados no *Programa Nacional do Livro Didático*, bem como da formação de professores e professoras de Pedagogia, Ciências e Biologia numa perspectiva mais crítica, em relação à articulação natureza e/versus cultura. Contudo, sob a discussão mais recente acerca da animalidade, tal crítica ganha novos contornos e novos aportes, a partir de diferentes tipos de pertencimentos teóricos, os quais têm em comum uma valorização das diferentes formas de vida em relação ao “homem” (do humano) e suas ações sobre os seres vivos, a natureza, a paisagem, etc.,





acionando, para tanto, dimensões éticas, jurídicas, políticas, econômicas, entre outras, de forma articulada. Trata-se, portanto, de um tema importante e que coloca em xeque as visões de natureza, de animal, de humanidade, entre outras, como a questão ética e seus múltiplos desdobramentos (uso de animais em laboratórios, criadouros, como pets, para alimentação, como recreação, etc.).

Cabe ressaltar que, apesar de destacarmos tal interesse em perscrutar e articular esse tema em relação à biologia, não se trata de explorarmos o tema *animalidade* desde o lugar da biologia *per se*, que seria, “por natureza” também o “lugar da natureza do corpo”⁵, ou seja, daquilo que nos aproxima(ria) do animal, que nos igualaria em certo sentido, e, no limite, daquilo que, para nos tornarmos seres de cultura, viramos as costas (SELIGMAN-SILVA, 2010; DESCOLA, 2016; SIBILIA, 2015). Trata-se, antes, de estabelecer uma escuta sensível às possíveis *pontes teórico-metodológicas* que poderíamos explorar, desde as provocações literárias (“a literatura [como] essa ‘pesquisa’ sobre o humano que se dá via mergulho no nosso ser animal”, SELIGMAN-SILVA, 2010, p. 208) feitas, por exemplo, por Maciel (2016) e Seligman-Silva (2010) neste primeiro momento de aproximação ao tema, e aqui apresentadas no sentido de pensarmos caminhos possíveis para o estudo da relação *humanidade-animalidade / corpo humano-corpo animal*.

Começamos, então, com Maria Esther Maciel (2016), que, logo no início de livro *Literatura e Animalidade*, expõe que

os animais, sob o olhar humano, são signos vivos daquilo que sempre escapa a nossa compreensão. Radicalmente outros, mas também nossos semelhantes, distantes e próximos de nós, eles nos fascinam ao mesmo tempo em que nos assombra e desafiam nossa razão. Temidos, subjugados, amados, marginalizados, admirados, confinados, comidos, torturados, classificados, humanizados, eles não se deixam, paradoxalmente, capturar em sua alteridade radical. Como diz John Berger, ‘quanto mais julgamos saber sobre eles (...), mais distantes eles ficam’. Essa estranheza, por outro lado, provoca o lado animal que trazemos dentro de nós (p. 13).

Mais do que pensar o *como* tais articulações poderiam ser realizadas com a biologia em si e com o ensino de ciências e de biologia em particular⁶, o percurso acerca da animalidade nos faz retomar outro campo de discussão – mesmo que, novamente, de modo superficial –, qual seja, aquele acerca do corpo e da biopolítica (SANTOS, 2002; SANTOS; ZAGO, 2013; SANTOS; MANSKE, 2015; SANTOS, 2017) e no qual faz sentido a pergunta tomada como título deste texto: “o que a importância dada aos animais nos revela sobre as pessoas?” (MACIEL, 2016, p. 63)⁷. A ideia de revelar, contudo, não significa a revelação de uma verdade, de algo supostamente escondido e tornado visível por algum tipo de análise, mas na direção de *dar a ver*, de perspectivar uma possível *chave interpretativa* para a importância dada a alguns animais e a alguns animais humanos em detrimento de outros.

É precisamente esta relação *eu – semelhante* ou *corpo humano – corpo animal* que gostaríamos de esboçar aqui (mais na forma de perguntas ou insinuações/justaposições do que de respostas), no sentido de estabelecer como a emergência deste campo acerca dos estudos denominados de *animalidade* nos permite pensar este *outro* como uma forma de tratarmos a nós mesmos e aos nossos outros (humanos) semelhantes. Nesta direção, é produtivo retomar



as considerações de Márcio Seligman-Silva (2010) acerca de como Kafka abriu um espaço tão privilegiado para os animais em seus textos, como uma forma de poder “pensar melhor no próprio animal-humano” que, como um homem do século XX (mas também deste conturbado início do XXI), “não se sente em casa nem no próprio corpo” (...) “a um passo do ser-animal” (p. 205), a outro passo de precisar domar a “vida-natural” (zoe), a “vida nua” (p. 207), pois,

ao tratar da vida animal, Kafka toca na crise da soberania e da nossa autoimagem. Essas duas crises se lhe aparecem como paralelas. Ele mostra o animal em nós, como Freud e, antes dele, Darwin o fizera. Ele mostra um poder amorfo, teoricamente o monopolizador da violência, que tenta gerir essa vida nua que lhe escapa (p. 207).

Esse *animal em nós*, nossa animalidade, nosso corpo, nossa matéria biológica comum situa a distância e a proximidade, o contágio, a contaminação, a “aproximação perigosa” entre o corpo humano e o corpo animal no âmbito do mundo da racionalidade – científica, talvez possamos afirmar! E, ao mesmo tempo vida humana e vida animal, ou corpo humano e corpo animal, se reúnem sob uma mesma pergunta balizadora e problematizadora que está no centro das questões biopolíticas envolvendo humanos (entre si) e não-humanos: “*who lives and who dies, and how, in this kinship rather than one?*” (HARAWAY, 2016). Essa pergunta, que traduzimos mais livremente aos nossos propósitos como “*quem pode viver e quem pode morrer, como e em nome de que(m)?*”, foi enunciada por Donna Haraway⁸ (op. cit.) e “mistura”, por assim dizer, vários domínios (moral, ético, religioso, jurídico, biológico, econômico, social, ambiental, biopolítico, entre outros) e diferentes práticas (aqui apresentadas na forma de alguns verbos: comer; caçar; preservar; criar; ajudar; matar; cuidar; prender; estudar; expurgar; pelar; controlar; empacotar; migrar; fugir; pedir; entre outros).

Em outras palavras, isso envolve discutir como se trata a vida de pessoas, crianças (como, a seguir, discutiremos), animais (“úteis” e “não úteis”), bem como *outras formas de vida* como “coisas”. “Coisas” que podem, no limite, ser “empacotadas”, deslocadas e comercializadas (inteiras ou em partes, como diferentes *commodities*) ou traficadas (BONE, BLAISE, 2015) e, por outro, por exemplo, a ascensão de certos animais ao *status* de pessoas “não-humanas” (como a chimpanzé Cecília e a orangotanga Sandra – BEVILACQUA, 2019), bem como de animais (*pets*) ou plantas “domésticas”, “ornamentais” ou de interesse agrônômico a ocuparem lugar de destaque (em termos de sentimentos, ética, economia, religião, etc.) (ALMEIDA, 2016) – e de direitos – entre os humanos (LOURENÇO, 2019; DESCOLA, 2020; 2016). Assim, por um lado, extração, supressão e negação de direitos, e, por outro, extensão de direitos, até há pouco, atribuíveis apenas a determinados tipos de humanos (proteção, alimentação, habitação, ambientação e vida dignas de serem vividas – por vezes, e talvez na maioria das vezes, negadas a muitos outros humanos e, na maior parte das vezes, **Invisibilizar (desnomear), empacotar, processar...**

Tendo feito esta brevíssima introdução ao tema, apresentamos algumas derivações a partir de um texto pós-humanista, no mínimo, intrigante – *An uneasy assemblage: prisoners,*





animals, asylum-seeking children and posthuman packing (livremente traduzido como *Uma aglomeração inquieta: prisioneiros, animais, crianças requerentes de asilo e empacotamento pós-humano*), de Jane Bone (Monash University, Australia) e Mindy Blaise (College of Education, Victoria University, Australia, 2015). Isso porque, seguindo o que foi dito anteriormente, podemos ver um certo paralelo em se tornar um “pacote”/“embalagem” e ser tratado como um animal – ao menos, algumas parcelas da população, talvez a maioria da população, ou talvez a população inteira de um país, quando nas mãos de um governo voltado ao ódio e à morte (MBEMBE, 2018).

O que poderia significar, então, ser empacotado, comodificado (isto é, transformado em *commodities*) e desumanizado/desanimalizado? Tal como sugerido por Bone e Blaise (2015), “uma vez embaladas/empacotadas, certas experiências tornam-se normalizadas e a (re) embalagem de pessoas e animais se prolifera, permitindo novas iterações” (p. 18). Então, como normalizamos o empacotamento de certos animais e de certos humanos animalizados/quase-animais? Como eles, ao serem empacotados, “somem” de nossa visão, de nossas perguntas, de nossos cotidianos?

As autoras apresentam a imagem icônica de seres humanos empacotados/embalados⁹ ao mostrarem a fotografia de, pelo menos, dez prisioneiros ajoelhados e com as mãos amarradas, na Baía de Guantánamo, “supervisionados” por dois homens jovens (soldados), fardados (com roupas com estampa característica de camuflagem militar), em pé. Os seres humanos amarrados e ajoelhados (sete à esquerda e três à direita) estão virados para as telas de arame da cela/cercado/curral, a céu aberto, usando vestimentas/embalagens cor de laranja (calça, camisa, máscara e toca): “(...) eles foram embalados em roupas especiais, algemados e mascarados, para remover vestígios de sua humanidade. A embalagem, é claro, torna o abuso mais fácil” (BONE; BLAISE, 2015, p. 19). De acordo com as autoras, a imagem (que é vista desde a perspectiva do fotógrafo, como alguém que está do lado de fora e olha para os que estão lá dentro, acentuada pela trama da tela – na forma de um losango – desfocada no primeiro plano) de um ser humano empacotado/embalado “provocou a reflexão sobre o empacotamento como meio de mercantilização e reducionismo que começa a formar uma barreira entre pensar sobre a vida ser senciente como qualquer outra coisa que não seja um objeto ou coisa” (*ibid.*, p. 19). E elas também fornecem algumas definições para um pacote (entre as quais, “um objeto embrulhado ou embalado” e “um contêiner” – com comida ou mercadoria – prontos para o transporte, ou para o movimento forçado, e para serem recebidos facilmente por alguém).

Mais duas formas de empacotamento: refugiados e gado; transporte de humanos e transporte de animais não-humanos, vivos, para virarem comida de outros animais (humanos e, talvez, seus *pets*). A biopolítica (FOUCAULT, 1999, 2008) ou a necropolítica (MBEMBE, 2018, 2020) – que Kohan (2020) define muito bem como “um dispositivo de governo para fazer morrer e não deixar viver” (p. 3) – que os une, passa pelo processo de empacotamento. Empacotados, longe de nossa visão, tornam-se, de certo modo, mais



“humanizados” ou, antes, humanizam nosso olhar (nossa cegueira do olhar). Bone e Blaise (op. cit.) continuam, referindo que “refugiados e pessoas em busca de asilo, incluindo menores (crianças) desacompanhados, quem chega à Austrália pelo mar, são coletiva e coloquialmente conhecidos como “*boat people*” (pessoal do barco) (p. 20). Assim, “embalados em barcos, que são frequentemente inseguros e indignos de navegar”, tais pessoas deixam seus países, após aguardarem em uma lista de espera para ingressarem no programa de refugiados da Austrália (p. 20-21). Porém, elas não ingressam na Austrália, tampouco desfrutam das promessas de uma nova vida em um país supostamente (ou alegadamente) melhor do que o delas ao pagarem “contrabandistas de pessoas” para colocá-las (sem visto) em barcos. Antes, elas perdem seus laços (deixados em razão da guerra, da fome, da pobreza, da violência, etc.) e se tornam “não-cidadãos ilegais”, sendo “reembalados como ‘ilegais’ e colocados em centros de detenção” (p. 21) fora da Austrália (conforme define a política de governo australiana), em Papua Nova-Guiné para *processamento* e, se considerado refugiado, para estabelecimento. Isso tanto para mulheres, quanto para crianças. Na sequência, as autoras compõem uma narrativa acerca do que se sabe sobre crianças que viajam sozinhas e que solicitam asilo como refugiados. Elas não lhe atribuem nome, pois crianças que chegam à Austrália como requisitantes de asilo não são nomeadas nas comunicações oficiais:

Esta criança não sabe, mas foi oferecido a ela um ‘pacote de viagem’ para a Ilha de Manus. Poderia ter sido a Malásia, mas o destino mudou para esta pequena ilha do Pacífico. Esta criança pode estar esperançosa ou assustada, ela pode gostar de ler, correr ou jogar futebol, mas o público australiano não sabe disso, uma vez que as pessoas em barcos que tentam entrar na Austrália *ficam rapidamente invisíveis*. O menino de sete anos que estava desacompanhado em sua jornada para a Austrália, não tem nome e é anônimo. Não há um ‘rosto’ para o público australiano poder ver. O que se sabe é que ele (geralmente ele) deixou o Afeganistão, seus amigos e sua família e fez o seu caminho para um porto.

Ele então fez a longa e árdua jornada através do mar em um barco com destino à Austrália. Alguém pagou a viagem e os contrabandistas providenciaram o resto. Uma vez na Austrália, ele será *reembalado* e enviado para outro lugar. É provável que sua infância se passe em um campo de detenção sem família ou educação adequada. O local onde a criança será detida é superlotado e as condições são anti-higiênicas. Em alguns casos, as crianças são detidas deliberadamente em condições severas ou humilhantes como uma estratégia para encorajá-los a sair e voltar para ‘casa’. Assim que a criança tiver sido *removida* da Austrália, presume-se que ela foi *processada* com sucesso” (BONE, BLAISE, 2015, p. 21 – destaques nossos).

Tornar invisível (não atribuindo um nome), (re)embalar e processar são ações que, usualmente, reputamos aos animais que comemos, que perdem suas formas de bicho e adquirem as de cortes (nobres, *premium* ou menos valorizados)¹⁰ ou, mais recentemente, de cortes descartáveis (como sobras, tripas e ossos) e que, no Brasil de hoje, passaram a ser consumidos mais recorrentemente e vêm estampando manchetes de diferentes jornais¹¹. Por outro lado, alguns animais de corte ganham nomes específicos (de suas raças ou de suas fazendas de origem), rótulos e embalagens selando a certificação de origem¹².

As autoras (Bone e Blaise, 2015) também mencionam um documentário realizado pela Anistia Internacional, em 2010, que “tentou reempacotar” a suposta jornada (ficcional e típica) de um destes meninos que solicitam asilo na Austrália, como alguém que merece nome (*Rajeed*) e identidade. E é exatamente um nome e uma identidade (de raça e de lugar) que são



atribuídos a um boi de corte que também será empacotado/embalado em um navio:

Bill nasceu nos Territórios do Norte da Austrália e esta história é sobre sua jornada para um lugar distante. Como seus parentes, Bill é um touro brâmane gentil, com pelagem fulva, orelhas longas e inquiridoras, mas com olhos resignados. Nada disso salvará Bill. Ele é *embalado* em um barco e enviado para o exterior como parte do comércio de exportação de animais vivos. Ele faz a longa e árdua jornada através do mar e, uma vez lá, ele é mantido em um pasto com milhões de outros bois. Então, ele é enviado para um matadouro aprovado pela *Meat and Livestock Australia*, onde nenhum mecanismo de atordoamento é usado. Em vez disso, ele é colocado em um aparelho projetado e fornecido pelo *Meat e Livestock Australia*. Isso deixa Bill deitado de lado e, uma vez lá, e lutando, talvez com uma perna quebrada, desorientado e angustiado, ele é chutado no rosto e lavado com mangueira antes que sua garganta seja cortada. A morte, no caso dele, é misericordiosa. Neste ponto, Bill foi satisfatoriamente 'processado' (BONE, BLAISE, 2015, p. 22).

Como destacam as autoras, nem a atribuição do nome, nem a identificação de raça ou de lugar, e tampouco sua história, salvaram Bill de seu "destino". Contudo, "...dar nome é instituir um sujeito" (MACIEL, 2016, p. 64) e foi esta estratégia, de individualização, que adotou a *Animals Australia*¹³ "para encorajar um sentimento de empatia pelo gado envolvido neste comércio [de animais vivos]" (BONE; BLAISE, 2015, p. 22). Dar um nome a um boi, dar nome aos nossos animais domésticos (nossas espécies companheiras), dar/resgatar o nome de Alan Kurdi¹⁴, o menino sírio cujas fotos de seu afogamento numa praia da Turquia correram o mundo, após o afundamento do barco em que seus pais tentavam cruzar o Mediterrâneo em busca de um "destino melhor" na Europa, fazem, guardadas as proporções entre animais humanos e não-humanos, parte de uma mesma estratégia de resistência – se é que a pornografia (isto é, o excesso) de imagens que vemos diariamente nos permite refletir – que faz frente à insistência da "vida nua". Embora, ao nosso ver, se trate mais do que "apenas" "vida nua", na medida em que há projetos/racionalidades necropolíticas em jogo, cujo fim não é *fazer viver* a todos, mas de escolha de certos modelos, usualmente vistos como "apenas" econômicos, de destituição de vida, de esgotamento e usurpação do que sobra de vida nestes corpos, passíveis de extração de alguma forma de produto que se converta em *commodities*, em lucro. Mais uma vez, tal como propõem Bone e Blaise (2015),

a análise de pessoas e animais como um produto é perturbadora, mas necessária, pois é assim que eles são embalados". (...) Para a exportação de vivos funcionar e para a movimentação de problemas e de corpos do centro para a periferia, a entidade envolvida (o prisioneiro, a criança, o animal) deve passar por uma transformação (...). Quando (re)embalado como refugiado ou requerente de asilo, a identidade do ser humano é apagada: o pessoal que chega ilegalmente de barco não tem permissão para falar, ser fotografado, entrevistado ou nomeado, mesmo na morte (...). Parte do nosso argumento aqui é que, por causa dessa reembalagem, o público está se tornando insensível para exportar vivos em todas as suas formas". (...) Essa forma de lidar com pessoas e animais vai além de sua mercantilização (comodificação), porque eles desaparecem, eles são apagados. O único sinal de sua existência que permanece é como um número ou uma estatística que acabará por contribuir para um gráfico em um relatório oficial dentro da 'máquina giratória/[processadora]' (Braidotti, 2013: 58) do capitalismo avançado. (BONE; BLAISE, 2015, p. 23-24)

Este *outro*, animal ou animal-humano, nas operações de diferenciação (ver BRAH, 2006), torna-se sempre um menos, menos-humano/quase-animal. Enfim, como refere Braidotti (2013 *apud* BONE; BLAISE, 2015, p. 24), "como corpos descartáveis. Somos todos humanos, mas alguns de nós são apenas mais mortais do que outros", ou, talvez, devêssemos dizer mais "matáveis" do que outros, ou, ainda, cujas vidas importam menos do que as de outros. Embalar/



empacotar, então, é uma forma de tornar tudo distante, sem nome, sem lugar, sem história, enfim, em um *referente ausente* (ADAM, 2010, citado por BONE; BLAISE, 2015): a carne sem o boi; a criança sem seus vínculos; o adulto sem sua língua, seu contexto cultural. Conforme elas referem, seguindo autores pós-humanistas, como Cary Wolfe, Karen Barad e Donna Haraway, que recusam a ideia de uma divisão natural entre natureza e cultura e que reiteradamente questionam como essa divisão surgiu, “não estamos argumentando que as pessoas precisam se preocupar mais com os animais do que com outros humanos. Nosso argumento é que a forma como tratamos o *outro*, incluindo o animal ou mais especialmente o animal, muito rapidamente se amplia para abranger os membros mais vulneráveis da sociedade” (BONE; BLAISE, 2015, p. 25-26).

Desempacotar/desembalar algumas coisas

As análises de Bone e Blaise (2015), apresentadas na seção anterior, nos permitem fazer algumas perguntas sobre a forma como vimos empacotando muitas *coisas* em nossos cotidianos, em nossas cidades, em nosso país – apenas para ficarmos no “mais local”, a despeito da vastidão geográfica, social, cultural e de vidas envolvidas. Será *mesmo* que o empacotamento é uma forma de tornar a existência de alguns (mais) “vivível” frente às realidades (da desigualdade, do racismo, da indiferença, da pobreza, da desvalorização daquilo que é público ou mesmo humano) de outros humanos quase-animais e de animais quase-humanos? Que tipos de cegueira, ou de efeitos ópticos, nos permitem empacotar (e não sentir como quase-humano como nós) o *outro* (mais) animalizado (porque está na rua, de pés no chão, nos pedindo comida, sem banho tomado, etc.) e, por vezes, desempacotar (e nos sentir como quase-animal) o *outro* (mais) humanizado (porque está se tornando parte de nossas casas, porque nos olha com olhos que parecem nos entender, porque sente frio e fome como nós, porque nos faz companhia sem pedir muitas coisas, etc.)?

E se fossemos todos cegos, cegos porque não queremos ver? Como já disse José Saramago, nós estamos realmente todos cegos: cegos da razão, cegos da sensibilidade¹⁵. Talvez nossa cegueira, caracterizada pelo *processamento* e *empacotamento* de um *outro* seja uma estratégia desumana de sobrevivência humana (da humanidade que atribuímos a nós mesmos), uma vez que desumaniza alguns para humanizar outros ou para manter alguma humanidade frente a dadas ameaças de sua perda em nossos corpos, aproximando-nos de nossa própria (e fugidia) animalidade – daquilo que podemos ver como perda de *nossa* humanidade, mesmo que às expensas da desumanização de *outros* ou da ascensão de alguns corpos-animais a quase-humanos ou mais humanizados que os animais humanos.

Então, mesmo que operando em torno das oposições que forjamos entre animal-humano/natureza-cultura, a fim de nos diferenciarmos, em sempre adiadas operações de diferenciação (de diferir), não pretendemos sugerir uma análise de oposições binárias, de colocar de um lado humanos e de outro, animais, de um lado cultura e de outro, natureza.





Buscamos, pelo contrário, ao ingressar no tema das animalidades, falar de extensões, daquilo que nos liga, mistura, conecta e faz pensar de outro modo. E foi nesta direção que procuramos fazer algumas insinuações/justaposições de respostas em relação a, pelo menos, três das perguntas que levantamos neste ensaio: *o que a importância dada aos animais pode nos revelar sobre as pessoas? De que forma tal debate pode contribuir na despolarização natureza-cultura? E como se pode esboçar um caminho investigativo, desde o campo da educação (e mais particularmente dos estudos culturais em educação¹⁶), para a articulação corpo-animalidade assentados na biopolítica?* São perguntas para as quais, tal como referimos, apenas insinuamos algumas respostas provisórias, mas que, ao mesmo tempo, parecem constituir um possível programa de pesquisa, com múltiplas articulações, e orientado – em nosso caso – desde o campo da biologia e da formação de professores de ciências e de biologia.

Por fim, voltando às considerações de Bone e Blaise (2015), e pensando nas formas de processamento e de empacotamento que nos acometem cotidianamente, como certos tipos de brasileiros, diríamos que, mesmo que a embalagem torne “o abuso mais fácil” e que, “empacotados, longe de nossa visão”, ou disfarçados sob dados efeitos ópticos, tornem-se, de certo modo, mais “humanizados” ou, antes, humanizem nosso olhar, nem os animais-humanos e nem os não-humanos somem de nossa visão... Se estamos todos cegos é porque, de certo modo, queremos permanecer nessa condição. Pois, certamente, esses *outros* não somem! A materialidade de seus corpos animais e animais-humanos nos confrontam e nos posicionam no tempo e no espaço de nossas cidades.

No Brasil, além dos porões dos navios negreiros (atualizados em contêineres para transporte de mercadorias, por vezes de animais-humanos) talvez também possamos dizer que o empacotamento se deu nas práticas higienistas de limpeza das cidades (praticadas, pelo menos, desde o “Rio Bota Abaixo”¹⁷), empurrando humanos e “coisas” (como animais e plantas) para as margens, para as periferias das cidades. E, aqui e agora, o empacotamento também acontece com as caixas de papelão, que se tornam casas de humanos e, frequentemente, de cachorros, nas esquinas das grandes avenidas das cidades, bem como nas portas de supermercados, na cidade de Porto Alegre, ou nas barracas enfileiradas e em profusão, em vários locais históricos da cidade de São Paulo, por exemplo. Como Carolina Maria de Jesus (catadora de papel e moradora da Favela Canindé em São Paulo) relatou em um dos seus diários sobre a vida com o papelão: “5 de janeiro ... Está chovendo. Fiquei quase louca com as goteiras nas camas, porque o telhado é coberto com papelões e os papelões já apodreceram” (DE JESUS, 2014, p. 150)¹⁸.

Ainda sobre modos de empacotamento, poderíamos dizer que nós mesmos usamos nossos carros como formas de nos embalarmos e de “nos protegermos” (de outros humanos quase-animais) enquanto nos deslocamos entre nossas *ethnoscapes*¹⁹ de segurança (para lembrar APPADURAI, 1996) – nossas casas gradeadas e com cercas elétricas e nossos locais de trabalhos com cancelas, câmeras, cartões de acesso e senhas por todas as partes – para nos protegermos daqueles que, mais uma vez, usam caixas de papelão para escreverem curtas



mensagens truncadas sobre a fome, a falta de trabalho, de moradia e de qualquer tipo de futuro diferente daquele que ali se encontra.

Além disso, no Brasil, como canta Elza Soares²⁰, “*a carne mais barata do mercado é a carne negra / Que vai de graça pro presídio /E para debaixo do plástico /E vai de graça pro subemprego /E pros hospitais psiquiátricos*”. Sobretudo, se for pobre! Carne de pessoas que, historicamente, foram embaladas e transportadas (nos porões dos navios negreiros) como escravizadas, destituídas de nome e origem, e que, nos últimos anos (ou desde aquilo que podemos referir como “sempre”), vêm sendo aquela (carne) a ser imobilizada e empacotada nos supermercados brasileiros, em um processo de violenta plastificação e anoxia²¹. Animais humanos, humanos animalizados, corpos negros, assim como corpos indígenas e imigrantes, aos quais é atribuída um tipo de animalidade desprestigiada e sem valor, que legitima que certas práticas se tornem normalizadas.

Então, podemos dizer que as práticas de empacotamento não são apenas aquelas que se dão durante a suspensão de direitos nas guerras, no deslocamento de migrantes ou na travessia do gado vivo para se tornar carne em outro país – para fazer alusão aos exemplos de Bone e Blaise (2015). Antes, elas estão dentro de nossas cidades, em nossas ruas, nas rotas que perfazemos, nos corpos dos outros e nos nossos próprios corpos, de diferentes modos. São corpos-humanos animalizados que não cansam de nos interpelar, de nos chamar a atenção, mesmo que seja *apenas* para o seu próprio tipo de empacotamento. Tal como citam Bone e Blaise (2015): “não estamos argumentando que as pessoas precisam se preocupar mais com os animais do que com outros humanos” (p. 25-26), ou mesmo que as pessoas deixem de cuidar de seus animais... Mas, tanto em um sentido como em outro, gostaríamos de nos perguntar como poderemos desempacotar dadas formas de ver, certas formas de tratar e alguns modos de conviver em relação a esse *outro* vulnerabilizado e que é “fundamentalmente animal” (MACIEL, 2016, p. 16) como nós, seja animal ou seja animal humano.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Juliano Florczak. **Bom Jardim dos Santos** – plantas, religiosidades populares e seus fluxos em Guarani das Missões (RS). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Da utilidade dos animais. In: **Para gostar de ler**. 4ed. São Paulo: Ática, 1979. v.4, p. 17-20.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large**: Cultural Dimensions of Globalization. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.

BEVILACQUA, Ciméa Barbato. Pessoas não humanas: Sandra, Cecília e a emergência de novas formas de existência jurídica. **Mana**, v.25, n.1, p.038-071, 2019.

BRAH. Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, p.329-376, 2006.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo; MONTENEGRO MARTÍNEZ, Leonardo & MARTÍNEZ MEDINA, Santiago (2019). Zooantropologías: la cuestión animal. **Tabula Rasa**, 31, 11-22. Disponível em: <https://>





www.revistatabularasa.org/numero31/zooantropologias-la-cuestion-del-animall/. Acesso em: 12 out. 2021.

COETZEE, John Maxwell. **Elizabeth Costello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos** – novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 (2ª edição).

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007 (2ª. Edição).

COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). **Caminhos investigativos III** – riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014 (10ª Edição)

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

FAUSTO, Juliana. **A cosmopolítica dos animais**. São Paulo/SP: N-1 edições, 2020. 346 p.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I** – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999 (13ª Edição).

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble**: Making Kin in the Chthulucene. Durham/USA: Duke University Press, 2016. 312 p.

KAZ, Roberto. **O livro dos bichos** - reportagens. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 243 p. (Capítulos: "O garanhão" e "Clone").

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016212, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 12 out. 2021.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Circuitos e potencial icônico da fotografia: o caso Aylan Kurdi. **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 44, núm.1, pp. 41-60, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1346/134656475006/html/>, acesso em 03 de outubro de 2021.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019. 456 p.

MACIEL, Maria Esther. **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 176 p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

RIBEIRO, Renato Janine. Novas fronteiras entre natureza e cultura. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O homem-máquina**: a ciência manipula o corpo. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p.15-36.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. "Um preto mais clarinho..." Ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 81-115, 1997.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. **Um olhar caleidoscópico sobre as representações culturais de corpo**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. 207p.



SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Tem alguma utilidade estudar a utilidade dos animais? In: ____ (Org.). **Biologia dentro e fora da escola** – meio ambiente, Estudos Culturais e outras questões. Porto Alegre: Mediação, 2000. 159 p.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. **Biopolíticas de HIV/Aids no Brasil**: uma análise das campanhas oficiais de prevenção (1986-2000). Tese de Doutorado em Educação. PPGEDU/UFRGS, 2002. 281 p.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Dos corpos desterrados aos corpos cheios de força: representações culturais de corpo e de saúde em anúncios de anti-retrovirais In: SOMMER, Luís Henrique; BUJES, Maria Isabel E. (Orgs.). **Educação e cultura contemporânea**: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: Editora da ULBRA, 2006, p.45-64.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina C. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande: FURG, 2011. 154p.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. O dispositivo de (bio)medicalização, as neurociências & o currículo na produção de corpos medicalizados na escola contemporânea. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; VILELA, Rita A. SALES, Shirley Resende (Orgs.). **Desafios contemporâneos sobre currículo e escola básica**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2012. (p.181-204).

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; ZAGO, Luiz Felipe. Topologias dos corpos de homens que fazem sexo com homens: deslocamentos na produção de sensibilidades biopolíticas. **Revista Nômadias**, Bogotá, n.39, p.137-152, 2013.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; MANSKE, George Saliba. Política da própria vida, cultura somática e os imperativos contemporâneos da saúde In: FRAGA, Alex Branco; CARVALHO, Yara Maria de; GOMES, Ivan Marcelo (Orgs.). **Práticas corporais no campo da saúde**: uma política em formação. 1 ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. (p. 93-133).

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Medicalização e e biopedagogias: uma possível agenda de estudos na articulação entre saúde e educação. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca Salazar (Orgs.). **Educação em um mundo em tensão** – insurgências, transgressões, sujeições. Canoas: Editora da ULBRA, 2017. (p.141-181).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Mal-estar na cultura: corpo e animalidade em Kafka, Freud e Coetzee. **ALEA**: Estudos Neolatinos, v.12, n.2, julho-dezembro 2010, p.205-222.

SEGATA, Jean. Quando o animal dura mais que a estimação. **Mana** v. 22, p. 831-856, 2016.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico** – a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015 (2ª edição).

SILVA, Marcelo Penna da. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. **Estação Científica** (UNIFAP), Macapá, v. 8, n. 1, p. 47-56, jan./abr. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do ciborgue** – as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SORDI, Caetano. **De carcaças e máquinas de quatro estômagos** – controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 180 p.

TOKARCZUK, Olga. **Sobre os ossos dos mortos**. São Paulo: Todavia, 2019.





- 1 Faz-se referência aos três volumes dedicados a apresentar metodologias de trabalho produtivas no âmbito dos Estudos Culturais em Educação, idealizados e organizados por Marisa Vorraber Costa e Maria Isabel Edelweiss Bujes (COSTA, 2002; 2007; COSTA e BUJES, 2005).
- 2 Alguns deles, como Descola, Kéch e Fausto acessados, inicialmente, por meio da coleção *Pandemia Crítica* (disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos>), da *n-1 Edições*, discutindo aspectos relativos à pandemia de Covid-19.
- 3 Área em que o primeiro autor atua como professor na graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, na disciplina de Introdução aos Estágios Docentes em Ciências e Biologia, no Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação – UFRGS.
- 4 “Da utilidade dos animais”, disponível em: <https://www.vista-se.com.br/da-utilidade-dos-animais-carlos-drummond-de-andrade/>, acesso em 10 de setembro de 2021.
- 5 Destacamos tais expressões entre aspas para marcar que também compreendemos a Biologia como uma construção cultural, de modo que a própria natureza, o próprio corpo, etc. são sempre históricos, datados e contingentes a despeito de suas materialidades naquilo que Donna Haraway chama de “próprio mundo vivo”.
- 6 Nesta direção, cabe perguntar como a Biologia, como campo de conhecimento, e o ensino de ciências e biologia possibilitam, se inscrevem e tensionam (ou não) o emergente campo da animalidade. Para dizer o mínimo, talvez o principal esforço nesta direção passe pelo deslocamento de uma perspectiva antropocêntrica, para outra que, de modo provisório, e seguindo aquilo que já se fala na própria Biologia, podemos chamar de biocêntrica (não centrada no humano como referência, mas no “bios”, na vida) (LOURENÇO, 2019). Daí, segundo entendemos, sua importância na formação de professores de Ciências e Biologia e de pesquisadores em Educação, mesmo que isso remeta a uma ambivalência: aprender uma biologia completamente centrada no humano (até mesmo por ser criada pelo humano) e procurar fazer torções ao longo do tempo – assim como ambivalente é este nosso tempo e a forma desigual como nós humanos vivemos entre nós e também como nos relacionamos com os demais seres vivos e com “a natureza”. Neste sentido, consideramos que ensinar biologia também é isso, ou seja, ter que lidar com as questões do seu tempo, com as ambivalências presentes na produção do conhecimento, nos editais de pesquisa, na formação dos profissionais. É, também, pensar em outras formas de se ver, bem como entender que a biologia é uma delas – como diz, de certo modo, Descola (2016), a ciência é efeito de uma cosmologia. Ou, mais exatamente, “existem outras formas de pensar o mundo e outras formas de imaginar um futuro para o mundo (...). Por isso, eu não ponho as ciências em dúvida, o que seria absurdo; o que contesto é a ideia de que a cosmologia, que tornou as ciências possíveis, é ela própria científica. Não, ela não é, ela é histórica, como são todas as cosmologias” (DESCOLA, 2016. p. 48-49).-
- 7 A passagem destacada pela autora (MACIEL, 2016) reproduz a pergunta que Marjorie Garber faz em seu comentário sobre as palestras de Elizabeth Costello (livro homônimo de J. M. Coetzee - Companhia das Letras, 2004). Também Olga Tokarczuk, em *Sobre os ossos dos mortos* (Todavia, 2019), faz apreciação semelhante, por meio da personagem Janina Dusheiko, quando ela presta queixa em uma delegacia acerca da morte de um javali por tiros no pulmão e no coração, dizendo: “os animais mostram a verdade sobre um país – eu disse. – A atitude em relação aos animais. Se as pessoas tratarem os animais com crueldade, não adiantará de nada a democracia ou qualquer outra coisa” (p. 99). Outra aproximação com Coetzee e a personagem Elisabeth Costello, e a comparação da morte de animais em abatedouros com os campos de concentração (Palestra 3 – *A vida*



dos animais - um: os filósofos e os animais) (COETZEE, 2004) está na passagem da página 102, quando a mesma personagem refere que “o assassinato passou a ser considerado algo normal, virou uma atividade banal. Todos o cometem. Assim seria o mundo se os campos de concentração se tornassem algo normal. Ninguém veria nada de errado neles” (p. 102).

8 Donna Haraway é bióloga, Professora Emérita de História da Consciência na Universidade da Califórnia (Santa Cruz) e autora reconhecida internacionalmente em múltiplos campos do conhecimento (biologia, estudos culturais, estudos de ciência, semiótica, estudos feministas, informática, antropologia, pós-humanismo, antropoceno, relações multiespécies, primatologia, entre vários outros). Há poucos livros traduzidos para o português, sendo “*O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*” (Editora Bazar do Tempo, 2021) o seu primeiro livro integralmente traduzido para o português. Há, contudo, um pequeno conjunto de traduções de textos e de entrevistas publicadas no Brasil desde os anos 1990, destacando-se “O Manifesto Ciborgue”, publicado no livro “Antropologia Ciborgue”, organizado por Tomaz Tadeu Silva (2000).

9 As autoras fazem referência à imagem disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Guantanamo_Bay_detention_camp#mediaviewer/File:Camp_x-ray_detainees.jpg>, acesso em 15 de setembro de 2021.

10 Ou mesmo cortes menos nobres repaginados. Para saber mais, consulte, por exemplo, as matérias disponíveis em: <https://veja.abril.com.br/gastronomia/cortes-menos-nobres-do-boi-ganham-espaco-nos-restaurantes/>; <https://cozinhabruta.blogfolha.uol.com.br/2020/10/20/churrasqueiros-hipsters-compram-acem-por-preco-de-picanha/> ou <https://cozinhabruta.blogfolha.uol.com.br/2021/09/17/ha-algo-de-podre-no-churrasco-do-brasileiro/>, acesso em 20 de setembro de 2021.

11 São inúmeras recorrências às notícias sobre o consumo de partes animais que seriam dispensadas por abatedouros ou açougues e que hoje passam a ser vendidas como “mercadoria popular” e como a única fonte de carne disponível e acessível a algumas parcelas da população pobre brasileira. Vide, por exemplo, as seguintes matérias jornalísticas: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/09/02/sem-dinheiro-para-comprar-carne-pernambucanos-recorrem-a-ossos-e-ovos-para-fazer-as-refeicoes.ghtml>; <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>; <https://www.enfoquems.com.br/osso-de-boi-e-fragmento-de-arroz-cri-se-muda-prato-do-brasileiro/>, acesso em 20 de setembro de 2021.

12 Não exatamente nesta direção, vale a leitura de Katz (2016), capítulos “o garanhão” e “o clone”.

13 *Animals Australia* (<https://www.animalsaustralia.org/about/>) é uma organização australiana de proteção aos animais, fundada em 1980, que representa mais de dois milhões de associados e que teve Peter Singer como um de seus cofundadores. A organização se define, em sentido amplo, como “a principal organização de proteção animal da Austrália. Nossas investigações e campanhas são reconhecidas em todo o mundo. Unimos milhões de pessoas que acreditam em um mundo onde os animais estejam livres de crueldade”. No endereço do site apresentado acima, ao clicarmos em sequência em “*campaign - animals Australia’s major campaigns - live animal export*” e “*the world-wide live animal export crisis*” chegamos a uma página em português (https://www.animalsinternational.org/take_action/live-export-global/pt?r=1), que, além de situar o problema do transporte de animais vivos no mundo todo, apresenta petições para serem assinadas e solicita que se “coma com compaixão – [pois] cada refeição sem carne é um voto para um mundo mais compassivo e mais sustentável”, fornecendo (por meio da “promessa” de não comer carne na “minha próxima refeição”, “algumas refeições”, “essa semana”, “esse mês” ou “todas as refeições”), mediante escolha, um “kit vegetariano gratuito”. Por fim,





a última frase do site, nesta página, mostra o agradecimento às parcerias da organização no Brasil: “Agradecemos ao Fórum Animal e *Mercy for Animals* nossa parceria contra a exportação de gado vivo do Brasil”. (Acesso em 21 de setembro de 2021).

14 Sobre Alan Kurdi, vide a matéria disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html>, acesso em setembro de 2021. Vide também as análises empreendidas por Lima e Carvalho (2018).

15 É mais ou menos estas palavras que José Saramago emprega para falar sobre “nossa cegueira” como humanidade no documentário *Janelas da Alma*, de João Jardim e Walter Carvalho, 2001. A passagem citada pode ser acessada no seguinte link, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=TEyw-B_HdEk, e o documentário completo está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_I9I7upG0DI&t=2699s, ambos acessados em 20 de setembro de 2021.

16 Campo de estudos em que nos inserimos como orientador (de mestrado e doutorado) e como doutoranda em educação no âmbito da Linha de Pesquisa em Estudos Culturais em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS.

17 Dentre outros, pode-se encontrar uma análise sobre o processo de urbanização da Rio de Janeiro do início do século XX, por um lado, e de favelização e segregação socioracial, por outro, no texto de Silva (2018).

18 Carolina Maria de Jesus foi catadora de papel e escritora. Viveu na primeira grande favela de São Paulo, a Canindé, que foi desocupada nos anos 1960 para a construção da Marginal Tietê.

19 Dentre as cinco *scapes* (*ethnoscapes*, *technoscapes*, *ideoscapes*, *financescapes* e *mediascapes*) propostas por Arjun Appadurai (1996), em *Modernity at large*, sugerimos a ideia de uma *ethnoscape de segurança* como uma forma de expressar o modo como as pessoas, circulando em um mesmo espaço-tempo geográfico-social, constituem diferentes formas de circular e se relacionar com *outros*.

20 “A carne”, de Elza Soares. Compositores: Seu Jorge / Wilson Capellette / Marcelo Yuca.

21 Fazemos alusão a alguns casos de violências infligidas a pessoas negras em supermercados brasileiros que ocorreram nos últimos anos, sobretudo em 2019 e em 2020. Foi nesses anos, inclusive, que o refrão da música Carne, de Elza Soares, se tornou um *slogan* nos protestos do Movimento Social Negro.

